



DIÁRIO OFICIAL DE MARAGOGI

Prefeitura Municipal de Maragogi-AL
Diário criado pela Lei Municipal 9.118/2016
www.maragogi.al.gov.br



Maragogi, 28/08/2025

Edição nº 262/Ano 2025

Página 1

ÍNDICE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI	2
GABINETE DO PREFEITO	2
DECRETO Nº 049-A/2025	2
PORTARIA Nº 684/2025	2
PORTARIA Nº 685/2025	2
PORTARIA Nº 686/2025	3
DIRETORIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	3
EXTRATO DE CONTRATO	3
EXTRATO DE CONTRATO	3
CÂMARA DE VEREADORES	4
RESOLUÇÃO Nº 003/2025, DE 7 DE AGOSTO DE 2025.	4
CADERNOS	6
GABINETE DO PREFEITO	6
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI E A EMPRESA RC CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS	6



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 049-A/2025

(de 22 de agosto de 2025)

REVOGA E ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI/AL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 099/90, de 05 de abril de 1990, artigo 43, inciso II, em conformidade da Lei Municipal 604/2017, de 05 de maio de 2017, e pela Constituição Federal.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos gastos públicos relativos ao pagamento de diárias, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e moralidade administrativa.

CONSIDERANDO que as diárias têm caráter indenizatório e destinam-se a ressarcir despesas de deslocamento de servidores e agentes políticos em viagens a serviço do Município; e

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer limite mínimo de distância para a concessão do benefício, evitando pagamentos em deslocamentos de curta duração e de baixo custo.

D E C R E T A

Art. 1º Fica estabelecido que somente terão direito à percepção de diárias os servidores públicos, secretários, vice-prefeito e prefeito municipal, quando em deslocamento a serviço do Município em viagens que **ultrapassem a distância mínima de 200 km (duzentos quilômetros)** do Município de Maragogi.

Art. 2º Fica **revogado o Decreto nº 011/2023**, publicado em 17 de fevereiro de 2023, que reajustou os valores das diárias previstas na Lei Municipal nº 604/2017.

Art. 3º As demais disposições do Decreto nº 011/2023 permanecem inalteradas, aplicando-se, no que couber, as tabelas remanescentes aos deslocamentos que preenchem o critério estabelecido no art. 1º deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê Ciência; Publique-se; Registre-se; e cumpra-se.

GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de agosto de 2025.

Daniel Mendes de Vasconcelos Ferreira

Prefeito do Município de Maragogi, Estado de Alagoas

Publicado por: Marcelo Juliano Coelho de Lima
Código identificador: 1596a0a2-38cb-426a-9278-0d70e62f7505

PORTARIA Nº 684/2025

(de 28 de agosto de 2025)

DISPÕES SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 099/90, de 05 de abril de 1990, artigo 43, inciso II e pela Constituição Federal.

RESOLVE

Art.1º FICA concedida a **LICENÇA PRÊMIO**, no Período de 01/09/2025 a 01/12/2025, sendo o período de aquisição de 08 de maio de 2008 a 08 de fevereiro de 2017, o Sr. **DORGIVAL VASCONCELOS DE MELO** inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº xxx.209.xxx-34, conforme Processo nº 050/2025, matrícula 1789, funcionário Público Efetivo, no cargo de Professor 1º Grau Maior, locado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º A Licença PRÊMIO por assiduidade de 3 (três) meses após cada Quinquênio ininterrupto de exercício, a servidora fará jus da remuneração integral.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Dê Ciência; Publique-se; Registre-se; e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de julho de 2025.

Daniel Mendes de Vasconcelos Ferreira

Prefeito do Município de Maragogi, Estado de Alagoas

Publicado por: Marcelo Juliano Coelho de Lima
Código identificador: 814ec0f2-584c-4bbd-876e-a62dc2aa81c9

PORTARIA Nº 685/2025

(de 28 de agosto de 2025)

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica Municipal nº 099/90, de 05 de abril de 1990, artigo 43, inciso II, Lei Municipal nº 604/2017, de 05 de maio de 2017, em conformidade com Decreto Municipal nº 018/2025 de 26 de março de 2025, e pela Constituição Federal de 1988.

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento do Sr. **CARLOS HENRIQUE MORATO DE LIMA LEAL**, para participação da XXXII SECOFEM.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER DIÁRIA ao Sr. **CARLOS HENRIQUE MORATO DE LIMA LEAL**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº xxx.724.xxx-19, RG nº xxx0696, SDS/PE, com destino à Cuiabá - MT, de 24 de agosto de 2025 a 29 de agosto de 2025, para Participação da



XXXII SECOFEM. Atribuindo 05 (cinco) diárias ao servidor, no valor de R\$ 808,74 (oitocentos e oito reais e setenta e quatro centavos) totalizando um montante de R\$ 4.852,44 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta portaria ocorrerão por conta da dotação orçamentária própria. Ao final da viagem, o cessionário deverá apresentar a comprovação da mesma e relatório das atividades, conforme modelo aprovado pela Prefeitura Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receber novas diárias, e responsabilidade por violação dos procedimentos internos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê Ciência; Publique-se; Registre-se; e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2025.

Daniel Mendes de Vasconcelos Ferreira

Prefeito do Município de Maragogi, Estado de Alagoas

Publicado por: Marcelo Juliano Coelho de Lima
Código identificador: 6ebb8f7c-d877-482a-8b8a-17c87e84716d

PORTARIA Nº 686/2025

(de 28 de agosto de 2025)

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica Municipal nº 099/90, de 05 de abril de 1990, artigo 43, inciso II, Lei Municipal nº 604/2017, de 05 de maio de 2017, em conformidade com Decreto Municipal nº 018/2025 de 26 de março de 2025, e pela Constituição Federal de 1988.

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento do Excelentíssimo Sr. Secretário **WEVERTON DO NASCIMENTO LINS DA SILVA**, para participação da XXXII SECOFEM.

RESOLVE

Art. 1º - **CONCEDER DIÁRIA** ao Excelentíssimo Sr. Secretário **WEVERTON DO NASCIMENTO LINS DA SILVA**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº xxx.082.xxx-27, RG nº xxx8306, com destino à Cuiabá - MT, de 24 de agosto de 2025 a 29 de agosto de 2025, para Participação da XXXII SECOFEM. Atribuindo 05 (cinco) diárias ao servidor, no valor de R\$ 1.078,32 (mil e setenta e oito reais e trinta e dois reais) totalizando um montante de R\$ 6.469,92 (seis mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta portaria ocorrerão por conta da dotação orçamentária própria. Ao final da viagem, o cessionário deverá apresentar a comprovação da mesma e relatório das atividades, conforme modelo aprovado pela Prefeitura Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receber novas diárias, e responsabilidade por violação dos procedimentos internos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê Ciência; Publique-se; Registre-se; e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2025.

Daniel Mendes de Vasconcelos Ferreira

Prefeito do Município de Maragogi, Estado de Alagoas

Publicado por: Marcelo Juliano Coelho de Lima
Código identificador: 0b397add-3738-4d7c-9cb9-56ac15a150b0

DIRETORIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 238/2025

Processo Administrativo nº: 1.022/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 012/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Maragogi/AL, inscrita no CNPJ nº 11.781.909/0001-40, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, representada pela Secretária Sônia de Moura Silva. **Contratada:** EUTICA Atacadista de Medicamentos e Material Hospitalar LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.780.117/0001-96, com sede na Rua José Álvaro de Melo, nº 355, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP 54400-380, representada pela Sra. Renata Aparecida Souza Cardoso Cavalcanti. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para aquisição de correlatos destinados a suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. **Valor Total:** R\$ 179.585,42 (cento e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). **Vigência:** 12 (doze) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Publicado por: José Daniel Brasileiro Feliciano Filho
Código identificador: c5708088-ecd8-4c4f-a130-cb0796864bf2

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 237/2025

Processo Administrativo nº: 1.022/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 012/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Maragogi/AL, inscrita no CNPJ nº 11.781.909/0001-40, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, representada pela Secretária Sônia de Moura Silva. **Contratada:** EQUIMED Equipamentos Médicos Hospitalares LTDA, inscrita no CNPJ nº 38.408.899/0001-59, com sede na Rua Graça Aranha, nº 875, Bloco 1, Sala E, Vargem Grande, Pinhais/PR, CEP 83321-020, representada pelo Sr. Sérgio Edelberto Válido Júnior. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para aquisição de medicamentos pertencentes ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF), conforme lista da RENAME/2024, destinados ao atendimento das unidades de saúde da Atenção Básica do Município de Maragogi/AL. **Valor Total:** R\$ 8.542,86 (oito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos). **Vigência:** 12 (doze) meses, a contar da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Publicado por: José Daniel Brasileiro Feliciano Filho
Código identificador: 18a9c1fd-7d17-4ccc-a9a8-11a9f20afbcb



CÂMARA DE VEREADORES

RESOLUÇÃO Nº 003/2025, DE 7 DE AGOSTO DE 2025.

RESOLUÇÃO Nº 003/2025, DE 7 DE AGOSTO DE 2025.

“INSTITUI A COMENDA MUNICIPAL DE HONRA AO MÉRITO POR RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO DE MARAGOGI DENOMINADA “COMENDA COSTA DOS CORAIS” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Autoria: Mesa Diretora

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARAGOGI, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso XVI e 13, inciso I, alínea “e” da Lei Orgânica Municipal (LOM), combinado com os artigos 23, inciso XIII, 169 e 178, Parágrafo Único, da Resolução nº 05/2022 (Regimento Interno), faz saber que a Câmara Municipal aprovou e seu Presidente promulga a presente Resolução:

Art. 1º Art. 1º Fica criada a COMENDA MUNICIPAL DE HONRA AO MÉRITO POR RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO DE MARAGOGI DENOMINADA “COMENDA COSTA DOS CORAIS”.

Art. 2º A honraria referida no Art. 1º poderá ser conferida a pessoas físicas ou jurídicas que, pelos seus relevantes e reconhecidos serviços, tenham exercido conduta exemplar de coragem, dedicação e méritos extraordinários, que de alguma forma tenham contribuído para o progresso social, econômico ou político do povo maragogiense.

Parágrafo único. Cada pessoa homenageada só poderá receber apenas uma vez a COMENDA COSTA DOS CORAIS.

Art. 3º Deverá o nome da pessoa física ou razão social da pessoa jurídica serem apresentadas em Plenário e aprovada por maioria absoluta dos membros desta Casa de Leis, limitando-se até 5 (cinco) homenageados por sessão legislativa, devendo o título ser entregue em sessão solene na Câmara Municipal de Maragogi em uma data estabelecida pela Presidência da Casa.

Art. 4º A insígnia Comenda consistirá numa medalha e um diploma moldurado denominado “Comenda Costa dos Corais”, incluso o brasão da Câmara Municipal de Maragogi/AL, constando o nome ou razão social do homenageado (a), data de entrega e o nome do vereador (a) proponente.

Art. 5º As nomeações das pessoas homenageadas serão efetivadas por Projeto de Decreto Legislativo, podendo ser subscrito por mais de um edil proponente da Câmara Municipal de Maragogi, e encaminhado para análise das Comissões Permanentes, as quais avaliará no prazo máximo de 15 (quinze) dias, recomendando-a ou não, através de Parecer encaminhado à Mesa Diretora.

§ 1º A proposição deverá conter o nome ou razão social do homenageado, localidade, profissão ou atividade, dados biográficos ou a missão da empresa, bem como a indicação detalhada dos relevantes serviços prestados em sua área de atuação.

§ 2º A proposta não recomendada será arquivada e somente será objeto de nova apreciação, após 2 (dois) anos se for aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal de Maragogi.

§ 3º Para aprovação do pleito será necessário o voto favorável da maioria absoluta dos membros em votação única no egrégio Plenário.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias a serem consignadas nos orçamentos da Câmara

Municipal de Maragogi/AL.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maragogi, em 7 de agosto de 2025.

ELISEO MARCOS DA SILVA IBAÑEZ

Presidente

JOSÉ BEZERRA CAVALCANTE SOBRINHO

Vice-Presidente

JOZEMIR CAVALCANTI DA SILVA JUNIOR

1º Secretário

MÔNICA MARIA DA ROCHA FÉLIX NOÉ

2ª Secretária

A presente Resolução foi publicada e registrada na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Maragogi, em ___ de agosto de 2025.

JOZEMIR CAVALCANTI DA SILVA JUNIOR

1º Secretário

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução trata da instituição, no âmbito desta Augusta Casa de Leis, da COMENDA COSTA DOS CORAIS, destinada a pessoas físicas ou jurídicas, com notório e ilibado conceito que tenham de alguma forma contribuído para o progresso do povo maragogiense. Possui o objetivo de valorizar e dar conhecimento a sociedade da importância dos relevantes serviços prestados pelo homenageado(a) ao Município de Maragogi.

Vale destacar, que a história da **Costa dos Corais** em Alagoas está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento turístico e à urbanização da região, especialmente no litoral norte do estado alagoano. A área, que se estende por cerca de 130 km estão realçados pelo verde dos coqueiros e o azul intenso do mar, abriga a segunda maior barreira de corais do mundo, com praias paradisíacas e paisagens exuberantes. A barreira de corais, com sua beleza e biodiversidade, é um fator crucial para o turismo, mas também possui relevante importância ambiental para a proteção costeira e o desenvolvimento sustentável da nossa região.

Portanto, com intuito de valorar através desta honraria perante a sociedade maragogiense, onde o presente Projeto de Resolução pretende resgatar, através da distinção e do reconhecimento, apresentamos aos Pares da Casa Legislativa de **Maragogi** a presente proposta de Resolução para deliberação e aprovação dos membros integrantes desta Casa de Leis, esperando compreensão e apoio dos ilustríssimos vereadores representantes do povo deste Poder legislativo.

Maragogi, em 7 de agosto de 2025.

ELISEO MARCOS DA SILVA IBAÑEZ



Presidente

JOSÉ BEZERRA CAVALCANTE SOBRINHO

Vice-Presidente

JOZEMIR CAVALCANTI DA SILVA JUNIOR

1º Secretário

MÔNICA MARIA DA ROCHA FÉLIX NOÉ

2ª Secretária

Publicado por: Bianca Meirelly da Silva Lima
Código identificador: 7f704ded-0c90-437b-b91d-7ae5950cff25

CADERNO - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI E A EMPRESA RC CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI** E A EMPRESA **RC CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS**, OBJETIVANDO A CONCESSÃO DE LINHAS DE CRÉDITO POR MEIO DE MARGEM CONSIGNÁVEL, CARTÃO BENEFÍCIOS E EMPRÉSTIMO CONSIGNADOS.

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado **RC CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 12.515.796/0001-02, com sede na Av. Alexandre de Morais, Nº 1276 - Qd 11 Lt 09- Parque Amazônia, CEP 74840-300, GOIANIA/GO, por seu representante legal infra-assinado, com poderes de representação legal da pessoa jurídica, doravante denominado “RC CARD” e, do outro lado **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI** Órgão Público do Poder Executivo Municipal, CNPJ: 12.248.522/0001-96, com sede administrativa na Rua José Machado Filho, nº s/n, Litorâneo - CEP: 57.955-000, por seu representante legal, chefe do Poder Executivo Municipal o Sr. Daniel Mendes de Vasconcelos Ferreira, doravante denominado CONCEDENTE, têm entre si, certo e ajustado, o presente CONVÊNIO mediante as cláusulas e condições estipuladas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a concessão aos servidores do CONCEDENTE, aos serviços que tratam de Condições em Pagamentos por meio de Cartão Benefícios e Empréstimos Consignados, para fins de adesão e mediante requerimento do servidor, por intermédio de descontos em folha de pagamento dos serviços prestados, do crédito cedido, bem como das obrigações contraídas.

Paragrafo primeiro: Consideram-se **SERVIDORES PÚBLICOS**, para efeito deste TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, as pessoas físicas legalmente investida em cargo e/ou em emprego público, na administração pública direta e/ou indireta, em quaisquer dos regimes, sejam estatutários, celetistas e/ou comissionados.

Paragrafo segundo: Este termo abarca, ainda, servidores e empregados públicos inativos, aposentados e pensionistas.

Cláusula Segunda - DA NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE

Fica estabelecido que a RC CARD poderá nomear agente de sua indicação, como seu representante junto ao CONCEDENTE, para execução dos procedimentos necessários à operacionalização do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, cuja qualificação será encaminhada ao CONCEDENTE logo após a assinatura deste, caso haja substituição do nomeado indicado, a RC Card encaminhará a qualificação do novo nomeado a CONCEDENTE.

Cláusula Terceira – DOS SERVIÇOS PRESTADOS

I - Dos Serviços à serem prestados pelo presente instrumento estão as ofertas de crédito nas modalidades Cartão Benefícios e Empréstimos Consignados aos servidores públicos municipais na forma a seguir:



CADERNO - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI E A EMPRESA RC CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS



a- empréstimos consignados a serem parcelados em até 120 (cento e vinte) vezes, com consignação e descontos em folha de pagamento, podendo serem antecipadas as parcelas mediante margem disponível;

b – As taxas de juros de cada contrato serão aplicadas no momento de sua celebração de contrato individual com cada servidor, obedecendo as variações de mercado, bem como diretrizes e normas reguladoras para o ato.

II - A soma mensal dos serviços ofertados com descontos em folha não poderá exceder 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração fixa do servidor, assim distribuídas:

a) 10% (dez por cento) da remuneração fixa do servidor destinados exclusivamente para cartão benefício consignado que consistirão em quantias devidas em razão das operações para o financiamento da contratação de bens e serviços, inclusive creditícios, saque emergencial e financeiros, por meio de cartão (sem anuidade e sem taxa de adesão) que vise apoiar, facilitar e fomentar a aquisição de bens e serviços no comércio, pelos servidores públicos ativos, inativos, aposentados e pensionistas.

b) Amortização de despesas contraídas (compras) por intermédio de cartão de benefício.

c) Utilização com finalidade de saque por meio de cartão de benefício.

d) 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração fixa do servidor, para as demais consignações facultativas.

III- As consignações poderão incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se previsto no contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito/benefícios ou arrendamento mercantil

IV - Se a soma dos descontos e consignações ultrapassar os percentuais estabelecidos, o sistema suspenderá automaticamente parte ou a totalidade das consignações mais recentes, até que o total debitado no mês esteja dentro dos limites.

V - Leia-se como Remuneração Fixa do servidor, o salário base, desconsiderando gratificações por cargo em comissão, de confiança ou de ou qualquer outro benefício financeiro que pode ser concedido em reconhecimento ao desempenho do profissional do serviço e, que seja incorporado ao salário.

Cláusula quarta - DOS DESCONTOS E DOS REPASSES

I. A CONCEDENTE compromete-se a descontar e repassar, em data pactuada, os valores retidos na folha de pagamento de seus servidores, referentes as contratações celebradas por meio de Empréstimos Consignado e Cartão Benefícios para utilização em rede Credenciada, vinculados a RC CARD.

II. A data de “corte” (período final em que as transações são incluídas no relatório de débito para desconto em folha), bem como a data de repasses dos valores descontados dos servidores (referente à utilização do cartão objeto deste instrumento), serão definidas em comum acordo entre as partes, através de qualquer meio escrito que possa confirmar a efetiva comunicação e aceite, a exemplo de e-mail corporativo, **em até 5 (Cinco) dias úteis antes do início das operações.**

III. Os repasses pela CONCEDENTE dos valores descontados ocorrerão por meio de transferência eletrônica de fundos para conta exclusiva de repasses, de titularidade da RC CARD, ou mediante pagamento de documento de compensação bancária emitido para esse fim.

IV. Os servidores da CONCEDENTE, quando da sua adesão ao SISTEMA RC CARD, firmarão autorização expressa para que se proceda aos descontos em seus vencimentos dos valores despendidos com as obrigações referentes as contratações celebradas por meio de



CADERNO - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI E A EMPRESA RC CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS



Empréstimos Consignado e Cartão Benefícios para utilização em rede Credenciada, vinculados a RC CARD.

V. A eventual rescisão deste TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA implica na rescisão automática do contrato/adesão individual do usuário, devendo a CONCEDENTE avisar prontamente ao usuário participante. Nesta eventual hipótese, o usuário participante poderá optar pela continuidade dos serviços prestados pela RC Card, porém, sem a anuência da CONCEDENTE, devendo este manifestar vontade junto a RC Card, oportunidade em que a RC Card adequará os serviços prestados ao usuário, podendo restringir ou abranger os tipos de serviços ofertados em uma nova modalidade de adesão que deverá ser previamente acordada.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de inadimplemento das obrigações constantes nessa cláusula, será cobrada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor principal e juros moratórios de 1% (um por cento) *pro rata die* sobre o valor do débito somada a multa e correção monetária calculada com base no IGPM/FGV. Fica acertado que em caso de inadimplemento do repasse a que se obriga a CONCEDENTE, tomarão automaticamente vencidos os demais débitos vincendos, autorizando a RC CARD a proceder ao bloqueio da utilização do CARTÃO do sistema RC CARD e à cobrança imediata de tais débitos. No caso de dois bloqueios subseqüentes ou de três bloqueios alternados no período de seis meses, ensejará no cancelamento deste TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA independente de notificação extrajudicial ou judicial, sem prejuízo da cobrança de eventuais débitos pendentes, desde que por culpa comprovada da CONCEDENTE.

Parágrafo segundo: A CONCEDENTE não se responsabiliza por eventuais inconsistências do Sistema Integrado de Gestão Pública (SIGEP), ou outro sistema que o venha substituir no decorrer da vigência do presente Termo de Cooperação Técnica, no que concerne à impossibilidade de cumprimento do parágrafo primeiro por culpa do referido sistema.

Cláusula Quinta - DAS OBRIGAÇÕES DA RC CARD

Constituem obrigações da RC CARD, além de outras previstas neste instrumento:

- I. Administrar e controlar as operações relacionadas com a utilização do SISTEMA RC CARD.
- II. Encaminhar os CARTÕES do sistema RC CARD aos servidores que aderirem ao sistema, mediante protocolo de entrega.
- III. Elaborar e encaminhar à organização CONCEDENTE relatórios substanciados, contendo as informações necessárias referentes aos valores à serem descontados em folha de pagamento referentes as contratações celebradas por meio de Empréstimos Consignado, Cartão Benefícios e Cartão de Crédito para utilização em rede Credenciada, para que a CONCEDENTE proceda aos descontos em folha e efetue os repasses à RC CARD. Este relatório será entregue em data pactuada entre as partes mediante protocolo ou enviado em formato digital por “e-mail” ou qualquer outro meio eletrônico eleito de comum acordo. A fim de favorecer o processamento do desconto diretamente da folha de pagamento, se houver compatibilidade para este procedimento, será compartilhado arquivo padronizado de descontos.
- IV. Comunicar aos servidores de forma satisfatória e individual toda e qualquer informação dirigida à CONCEDENTE que seja de interesse destes e que venha a modificar e/ou implementar as condições desde Termo junto da RC CARD diretamente com a CONCEDENTE. A comunicação destas informações será considerada como suficientes para tais



CADERNO - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI E A EMPRESA RC CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS



fins e integrarão os termos originais. Fica facultada à CONCEDENTE a instalação de comunicação “online” com a RC CARD através da Internet, possibilitando acesso à gestão das informações referentes aos usuários cadastrados, tais como quais inclusões, exclusões, consultas, dentre outros.

V. Garantir ao Servidor o direito à contestação de compras, conforme estabelecido pelo Artigo 54-G da Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, em conformidade com os prazos e procedimentos da instrução normativa nº 10 da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS).

VI. Firmar e administrar CONTRATOS com as empresas da rede de ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, bem como orientar para a utilização e distribuir os equipamentos e/ou sistemas para que essas empresas possam vender ou prestar serviços aos servidores da CONCEDENTE com segurança e eficiência.

Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Constituem obrigações da organização CONCEDENTE, além de outras previstas no presente instrumento:

- I. Proceder ao desconto em folha de pagamento dos valores pelos quais os seus servidores se obrigarem através da utilização de do cartão RC CARD, referentes as contratações celebradas por meio de Empréstimos Consignado, Cartão Benefícios e, Cartão de Crédito para utilização em rede Credenciada, em conformidade com o relatório/arquivo de descontos enviados pela RC CARD, cujas informações são de responsabilidade exclusiva da RC CARD.
- II. Creditar à empresa RC CARD, na forma, prazo e condições deste TERMO, mediante pagamento de documento de compensação bancária ou qualquer outra forma de pagamento aceita pelo Agente Bancário e pela RC CARD, os valores descontados dos servidores em decorrência da utilização do CARTÃO, sistema e serviços prestados pela RC Card, e devidos a esta, ressalvado os valores contestados pelo usuário do cartão, de acordo com o previsto no item V da Cláusula Quarta deste Termo.
- III. Fornecer à empresa RC CARD, sempre que solicitado, relação atualizada de novos servidores ingressos ao serviço público, na administração direta e indireta, em qualquer regime, estatutário, celetista ou em comissão, e que pretendem aderir ao SISTEMA RC CARD.

Cláusula Sétima – PROTEÇÃO DE DADOS

- I. No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas à execução do presente Contrato, as Partes obrigam-se a cumprir rigorosamente as exigências trazidas pela Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), responsabilizando-se pelo uso indevido que fizerem dos Dados Pessoais tratados no âmbito do Contrato em acordo com a legislação aplicável/ou com as disposições do Contrato.
- II. Fica estabelecido que, nos termos e em acordo com Art. 5º, IX da LGPD, a RC CARD figurará como “OPERADORA” dos dados pessoais e a CONCEDENTE como “CONTROLADORA”.
- III. Para ter acesso aos serviços e/ou para continuar a fazer uso deles, o(a) TITULAR (a) dos dados deverá ser informado, expressamente e de forma clara pela OPERADORA, qual a base legal de uso e armazenamento de seus dados pessoais, bem como para qual destinação lhe servirá, qual seja, a prestação de serviços da OPERADORA ao referido (a) titular (a) dos dados.



CADERNO - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI E A EMPRESA RC CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS



IV. A prestação de serviço será formalizada com o legítimo interesse da CONTROLADORA ou o consentimento do Titular, exigindo-se, neste último caso, assinatura de Termo de Consentimento, que poderá ser realizada por meio digital, o qual será enviado pela OPERADORA e conferido pela CONTROLADORA, sendo essa a exclusiva responsável pelo devido aceite dos Titulares, bem como sua autenticidade/verificação.

V. As Partes concordam que a OPERADORA somente procederá ao tratamento de Dados Pessoais no âmbito que se refere a interesses do Contrato e para o cumprimento das finalidades diretamente relacionadas à execução deste, sendo vedado o tratamento de Dados Pessoais obtidos junto à CONTROLADORA para quaisquer outras finalidades distintas a este contrato, bem como será defeso o compartilhamento desses com terceiros.

VI. Para preenchimento do TERMO DE CONSENTIMENTO e efetivação dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, far-se-á necessário a juntada completa e de forma detalhada dos dados do Titular, conforme elencados em alínea a desde inciso, conforme e em acordo ao art. 6º, III e V, da Lei 13.709/18 (LGPD): Nome completo; data de nascimento; Número e imagem da Carteira de Identidade (RG); Número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); Número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), se houver; Número e imagem de carteira de identificação profissional (CLT), se houver; Endereço residencial; Números de telefones fixo (se houver) e de celular WhatsApp; correio eletrônico (e-mail); Nome de usuário e senha específicos para uso dos serviços oferecidos pela OPERADORA.

VII. A OPERADORA poderá manter e tratar os dados pessoais do(a) TITULAR(a):

- a) Durante e pelo tempo em que perdurar a vigência desse termo;
- b) Pelo período máximo de 2 (dois) anos após o fim da vigência deste TERMO;
- c) Pelo período de 05 (cinco) anos, em caso de inadimplência por parte do TITULAR ou da CONTROLADORA. Esse tempo faz-se necessário para garantir a comprovação de vínculo e das obrigações aqui criadas e determinar o prazo decadencial e prescricional de eventual cobrança judicial;
- d) O tratamento de dados perdurará, nas condições e tempo acima discriminados, ainda que ocorra eventual suspensão dos serviços prestados, independente das causas que gerem a suspensão.

Cláusula Oitava - CONDIÇÕES GERAIS

I. O CARTÃO RC CARD funciona em arranjo de pagamentos em Sistema fechado (deverá ser usado exclusivamente na rede de ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS pela RC CARD).

II. Será isenta também a Tarifa de Emissão da primeira via do Cartão, sendo contudo cobrada R\$ 19,90 (dezenove reais e noventa centavos) para emissão de Segunda via caso necessário.

III. Em caso de inadimplemento nos repasses à RC CARD pela CONCEDENTE, a rescisão dar-se-á unilateralmente, independentemente de pré-aviso. Em tal hipótese, fica resguardado à RC CARD o direito aos repasses dos valores relativos às obrigações já contraídas pelos servidores da CONCEDENTE através do uso do CARTÃO e de eventuais serviços já prestados, ressalvada eventual contestação feita pelo servidor titular do cartão, devendo ser esta contestação devidamente auditada, para averiguação das alegações reclamadas.

IV. A CONCEDENTE e os respectivos Servidores poderão facultativamente aderir aos serviços e/ou benefícios adicionais oferecidos pela CONTRATADA. Devendo, tanto a CONCEDENTE como a CONTRATADA, manter por meios de canais de comunicação, os



CADERNO - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI E A EMPRESA RC CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS



servidores informados e atualizados sobre os benefícios e serviços ofertados.

V. Este TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA revoga eventuais INSTRUMENTOS anteriormente celebrados entre as partes com o mesmo escopo, prevalecendo as cláusulas previstas neste instrumento.

VI. Este TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA somente poderá ser alterado em comum acordo entres os partícipes, mediante termo aditivo.

VII. Fica eleito o foro da cidade de Maragogi/AL, para dirimir as questões originárias do presente.

E por estarem de acordo, assinam este TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA os Representantes Legais das partes em 03 (TRÊS) vias de igual teor e forma.

Goiânia, GO., 21 de agosto de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI
CNPJ: 12.248.522/0001-96

RC CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS LTDA
CNPJ: 12.515.796/0001-02

1ª Testemunha
CPF:

2ª Testemunha
CPF:





EXPEDIENTE

PREFEITURA DE MARAGOGI
Secretaria Municipal de Relações Institucionais
Diário Oficial Eletrônico do Município de Maragogi - Lei nº 9.118/2016
www.maragogi.al.gov.br

Daniel Mendes de Vasconcelos Ferreira

Prefeito de Maragogi

Djalma Juvêncio Lucas Neto
Secretário Municipal de Relações Institucionais

Marcelo Juliano Coelho de Lima
Editor do Diário Oficial Eletrônico

Rua José Machado Filho - Bairro Litorâneo
CEP: 57955-000 - Maragogi/AL